

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP) Br:

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do  
**Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis do Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, às demonstrações contábeis da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli apresentou perdas nos indexadores das aplicações. As aplicações na data de divulgação apresentavam perda da ordem de -15,9% em virtude dos impactos no mercado financeiro influenciado pela Covid-19.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas em 18 de abril de 2019.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2020



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo  
CRC 1SP-223.177/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.310.079	1.356.240
Títulos e valores mobiliários	4	29.816.160	21.615.579
Outros créditos	-	64.064	19.816
		<u>31.190.304</u>	<u>22.991.635</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado Líquido	-	<u>2.802</u>	<u>3.974</u>
		2.802	3.974
<b>Total do ativo</b>		<u><u>31.193.106</u></u>	<u><u>22.995.609</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Circulante</b>			
Beneficiados a pagar	5	237.912	193.775
Obrigações tributárias	-	11.453	10.900
Obrigações trabalhistas	-	31.140	31.848
		----- 280.505	----- 236.522
		0	
<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Patrimônio Social</b>		22.759.087	17.528.731
Superávit acumulado	-	8.153.514	5.230.356
		----- 30.912.601	----- 22.759.087
		0	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		----- <u>31.193.106</u>	----- <u>22.995.609</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Doações voluntárias	6	3.708.949	3.630.725
Doações no exterior	6	15.127	81.830
Trabalho voluntário	-	562.965	392.291
		<b>4.287.041</b>	<b>4.104.846</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Projetos beneficiados		(719.346)	(556.172)
		<b>(719.346)</b>	<b>(556.172)</b>
<b>(=) Resultado bruto</b>		<b>3.567.694</b>	<b>3.548.674</b>
<b>Despesas e/ou receitas operacionais</b>			
Despesa com pessoal		(253.311)	(217.747)
Despesa administrativas	4	(271.425)	(367.982)
Trabalho voluntário	8	(562.965)	(392.291)
Tributárias	-	-	-
Outras receitas	-	-	-
<b>(=) Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>2.479.993</b>	<b>2.570.654</b>
Receitas financeiras	7	5.673.542	2.660.125
Despesas financeiras	7	(21)	(424)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>5.673.520</b>	<b>2.659.701</b>
<b>(=) Superávit do exercício</b>		<b>8.153.514</b>	<b>5.230.356</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit do exercício	8.153.514	5.230.356
(+) Outros resultados abrangentes	-	-
<b>(=) Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>8.153.514</u></u>	<u><u>5.230.356</u></u>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	3.580.928	13.947.803	17.528.731
Transferencia para Patrimonio Social	13.947.803	(13.947.803)	-
Superávit do exercício		5.230.356	5.230.356
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	----- 17.528.731	----- 5.230.356	----- 22.759.087
Transferencia para Patrimonio Social	5.230.356	(5.230.356)	-
Superávit do exercício		8.153.514	8.153.514
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	----- <u>22.759.088</u>	----- <u>8.153.514</u>	----- <u>30.912.601</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit do exercício	8.153.514	5.230.356
<b>Ajustes que não afetam caixa</b>		
Depreciação	1.172	816
	<u>8.154.686</u>	<u>5.231.172</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(+/-) Variação nas contas patrimoniais</b>		
Adiantamentos a Funcionarios	0	233
Outros Adiantamentos	0	2.663
Outros Créditos	( 44.248)	( 19.816)
Beneficiados a pagar	44.137	67.312
Obrigações tributárias	553	( 8.792)
Obrigações trabalhistas	( 708)	719
(-) Aquisição de imobilizado+C14:E36	<u>8.154.421</u>	<u>5.273.490</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		
(-) Aquisição de imobilizado		( 1.979)
(+) Aumento dos títulos e valores mobiliários	<u>( 8.200.581)</u>	<u>( 5.110.020)</u>
<b>(=) Fluxo de caixa (aplicados nas) atividades de financiamento</b>	<u>( 8.200.581)</u>	<u>( 5.111.999)</u>
<b>(=) Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>( 46.161)</u>	<u>161.492</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.240	1.194.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.310.079	1.356.240
<b>(=) Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>( 46.161)</u>	<u>161.492</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (“Associação” ou “Entidade”), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 27 de outubro de 2011, cujas atividades de arrecadação somente foram iniciadas em 2012. Com o objetivo de manter um alto nível de transparência, as arrecadações da Associação são realizadas exclusivamente das seguintes formas: **i)** depósito identificado para conta corrente de titularidade da Entidade; **ii)** transferência bancária (TED ou DOC) para conta corrente de titularidade da Entidade; e **iii)** doação via boleto paga em favor da Entidade; e **iv)** doação via cartão de crédito, através do site da Entidade ([doe.amigosdapoli.com.br](http://doe.amigosdapoli.com.br)), que está vinculado à conta corrente de titularidade da Associação.

A Associação tem como objetivo a promoção da cidadania, bem como o desenvolvimento humano e técnico, sobretudo da comunidade da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (“Poli”), a fim de contribuir para a formação de engenheiros qualificados e conscientes de suas responsabilidades como cidadãos.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a)** Apoiar, fomentar e implementar, sob as mais diversas formas, projetos que contribuam para o aprimoramento da formação e dos conhecimentos técnicos dos discentes dos cursos de engenharia da Poli, com ética e respeito ao meio ambiente;
- b)** Apoiar, fomentar e implementar cursos complementares à formação técnica oferecida pela Poli;
- c)** Apoiar, fomentar e implementar projetos de pesquisas, estudos e desenvolvimento de tecnologia que envolvam discentes e docentes da Poli, para que os primeiros tenham acesso à aplicação prática dos ensinamentos obtidos nos cursos de graduação e pós-graduação, e para que os segundos possam atualizar e aprimorar seus conhecimentos e repassá-los aos alunos;
- d)** Apoiar e promover melhorias no espaço físico da Poli, especialmente por meio da criação ou reforma de laboratórios, salas de aulas e demais prédios da Poli;
- e)** Produzir e divulgar informações, conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às áreas de atuação da Poli;
- f)** Apoiar projetos que incrementem os ativos tangíveis e intangíveis da Poli;
- g)** Apoiar projetos que visem o aprimoramento da gestão da Poli;

- h) Conceder empréstimos para alunos da Poli com vistas a possibilitar sua participação tanto nos cursos de graduação e pós-graduação da Poli como em quaisquer outros complementares a sua formação;
- i) Celebrar parcerias, convênios e contratos com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais para a consecução de seu objeto social;
- j) Promover o voluntariado;
- k) Estimular o fortalecimento dos laços entre todos os entes da comunidade politécnica de forma a difundir ideias e projetos que auxiliem o desenvolvimento da Poli;
- l) Praticar quaisquer ações lícitas, mesmo que não descritas acima, desde que sejam atividades de elevado nível técnico a fim de desenvolver seu objeto social, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 31 de março de 2020.

### 2.1. Base para apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em específico, o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos.

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e quando indicado de outra forma.

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Associação utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 2.2. Principais práticas contábeis

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e também a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

**c) Títulos e valores mobiliários**

Estão classificados na categoria, “valor justo por meio do resultado”, que requer o reconhecimento destes instrumentos financeiros pelo seu valor justo, com efeito no resultado.

**d) Instrumentos financeiros**

**i. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento**

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Associação desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Associação em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Associação desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**ii. Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

**Recebíveis**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

**iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**e) Ativo imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

**Depreciação**

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes (em anos):

Computadores e periféricos	20%
----------------------------	-----

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f) Trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

**g) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**h) Outros ativos**

Os demais ativos são apresentados ao custo histórico, não excedendo os valores de realização. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**i) Passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**j) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários.**

Reconhecida no balanço quando aplicável, o Instituto possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**k) Patrimônio líquido**

O patrimônio social da Entidade é constituído pelo superávit acumulado, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício.

**l) Apuração do superávit ou déficit**

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa e bancos	178.256	43.772
Aplicações financeiras (a)	1.131.823	1.312.468
	<b>1.310.079</b>	<b>1.356.240</b>

- a) Representado por aplicações em fundos de renda fixa de liquidez diária e atrelados à variação do CDI (gestão Itaú). Em 2018, a remuneração média dos fundos de caixa foi de 6,0%, enquanto em 2019 a remuneração média foi de 5,6%.

#### 4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, a alocação de recursos de longo prazo da Associação encontrava-se no fundo de investimentos Alma Mater Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado. Trata-se de um fundo de investimentos criado exclusivamente para a Associação em 10/12/2019, sendo que nesta data ele passou a abrigar todos os investimentos de risco até então possuídos pela Associação.

	2019	2018
NTN – B Credit Suisse (a)	-	19.347.807
DI PRIVATE FIC FI CREDIT SUISSE (b)'	-	88.328
ALL VELT 90 FIC FIA (c)	-	733.295
ALL SPX FALCON CSHG FC FIA (c)	-	718.508
ALL APEX INFINITY 8 LB FIIA (c)	-	727.641
ALMA MATER FI MULT – CRED PRIV (d)	29.816.160	-
NTN-Bs	17.290.712	
Fundos Referenciados DI	1.391.802	
Fundos de Investimentos em Ações (FIA)	11.135.902	
Caixa	500	
Contas a Pagar/Receber	-2.756	
	<b>29.816.160</b>	<b>21.615.579</b>

- (a) Refere-se a recursos aplicados em títulos públicos atrelados à inflação (NTN-B);
- (b) Representado por aplicações em fundo de renda fixa de liquidez diária e atrelado à variação do CDI (gestão Credit Suisse Hedging Griffo – CSHG).
- (c) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos em ações (FIAs) geridos por terceiros.
- (d) Refere-se às aplicações realizadas no fundo exclusivo da Associação. Aberto em 10/12/2019, o fundo é gerido pelo Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management S.A., e administrado pelo Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. Nesse fundo foram integralizados todos os ativos do fundo patrimonial, antes alocados diretamente numa carteira de investimentos.

A movimentação dos ativos de longo prazo do fundo patrimonial está demonstrada a seguir. Cabe ressaltar que, por questões de eficiência operacional, alocamos em ativos de risco a diferença entre as doações recebidas no ano descontadas das transferências para custeio da operação.

<b>Fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>16.505.559</b>
Entrada de Recursos	2.525.000
Rendimento do Fundo	2.585.020
<b>Fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>21.615.579</b>
Entrada de Recursos	2.600.000
Rendimento do Fundo	5.600.581
<b>Fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>29.816.160</b>

#### 5. Benefícios a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação provisionou em suas obrigações o montante de R\$ 237.912 (2018 - R\$ 193.775) para apoiar o desenvolvimento de projetos de alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ("Pol"), a fim de contribuir para a formação de engenheiros qualificados e conscientes de suas responsabilidades como cidadãos. Esse provisionamento corresponde aos projetos com os quais a Associação comprometeu recursos em seus editais anteriores, porém ainda possuem saldos remanescentes a serem desembolsados.

## 6. Doações voluntárias

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Doações pessoas jurídicas	616.931	491.220
Doações pessoas físicas	3.092.018	3.139.505
Contribuições do exterior	15.127	81.830
	<b>3.724.076</b>	<b>3.712.555</b>

A Associação recebe doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, unicamente através das seguintes modalidades: **i)** depósito identificado para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; **ii)** transferência bancária (TED ou DOC) para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; **iii)** doação via boleto paga em favor do Amigos da Poli; e **iv)** doação via cartão de crédito, através do site do Amigos da Poli (doe.amigosdapoli.com.br), que está vinculado à conta corrente de titularidade da Associação.

Dessa maneira, garante-se a rastreabilidade e transparência de todas as doações recebidas, que são registradas em uma base de dados proprietária, com controle do saldo de doações realizadas por doador (Pessoa Física ou Jurídica).

Pelo escopo de suas atividades voltadas para o incentivo da melhoria da Educação no Brasil, a Associação conseguiu junto à Secretaria da Fazenda do Estado a isenção do Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) em 31/03/2016, nos termos do artigo 7º do Decreto 46.655/02. Após o vencimento do primeiro reconhecimento, a Associação entrou com pedido de renovação do mesmo em 13/12/2017, e obteve em 19/12/2018 a extensão da validade do reconhecimento de 31/03/2018 até 30/03/2022. O documento que comprova o reconhecimento da imunidade é a "Declaração de Reconhecimento de Imunidade do Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' E Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD" (protocolo nº 51220-1072139/2017; data do protocolo de 13/12/2017; nº do processo IM01312035).

## 7. Despesas administrativas

	2019	2018
Honorários advocatícios, contábil, administrativo e consultoria	123.731	140.954
Cursos e refeições	56.489	39.056
Eventos e projetos	22.189	92.032
Aluguéis	22.298	12.465
Outras despesas (a)	46.718	83.475
	<b>271.425</b>	<b>367.982</b>

(a) Compostas substancialmente por despesas com locações, internet, taxas de licença e outras taxas de menor valor. Em 2018, a Associação, que passou a contar com um número muito maior de voluntários, possibilitando o desenvolvimento de novas atividades, como o aumento de campanhas de marketing, maior apoio a projetos da Poli e maior número de eventos, dentre outras.

## 8. Resultado financeiro e líquido

	2019	2018
Renda sobre aplicação financeira (a)	6.649.843	1.782.121
Descontos obtidos	36	8
Juros passivos	(21)	(424)
Provisões Ganhos e Perdas Rendas Variáveis(b)	(976.338)	877.996
	<b>5.673.520</b>	<b>2.659.701</b>

(a) Os valores se referem aos rendimentos com aplicações financeiras, reconhecidas pelo regime de competência.

(b) Os valores compreendem o efeito de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários.

## 9. Trabalho voluntário

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolsos de caixa para a Associação, referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da Diretoria e ao comitê de investimento. A Associação estima que, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, teria desembolsado aproximadamente R\$ 562.965 (R\$ 392.291 em 2018), conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
<b>Honorários</b>		
Conselho deliberativo (a)	110.657	168.390
Conselho fiscal (a)	18.673	21.514
Remuneração diretoria (a)	414.962	183.264
Comitê de investimento (a)	18.673	19.123
	<b>562.965</b>	<b>392.291</b>

(a) Valor anual calculado utilizando a quantidade de horas de incorridas durante o ano multiplicado por uma taxa horária considerada justa para as atividades correspondentes. Para a definição do valor hora de remuneração dos Conselheiros e Diretores, utilizamos a pesquisa de Remuneração dos Administradores do IBGC, que está em sua 7ª edição e disponível no site: [https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24170/IBGC\\_Pesquisa\\_remuneracao\\_dos\\_adm\\_7\\_edicao.PDF](https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24170/IBGC_Pesquisa_remuneracao_dos_adm_7_edicao.PDF). Nos enquadrados na pesquisa do IBGC pelo tamanho do faturamento de até R\$ 500.000 mil e utilizamos o valor de remuneração do Conselho do 1º quartil. Os valores constam no quadro 9 da página 22 do relatório do IBGC referido acima. Como estes valores constam no relatório de 2020 com relação a 2018, corrigimos o mesmo pelo IPCA acumulado em 2019 (4,31%) Para os membros do Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal, utilizamos 100% do valor/hora. Para os diretores, utilizamos 60% do valor/hora.

## 10. Aspectos tributários (isenção tributária)

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, a Associação possui isenção quanto ao recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS), cujos montantes não recolhidos em virtude dessa isenção é de R\$ 281.880 e R\$ 61.198, respectivamente.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

## 11. Provisão para contingências

A Associação efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam processos que necessitassem de provisão (perda provável) e ou divulgação em notas explicativas (perda possível).

## 12. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A Associação classifica ativos e financeiros nas seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

31 de dezembro de 2019	Nota	Valor contábil	Classificação
Caixa e equivalente de caixa	3	1.310.079	I - Custo Amortizado
Aplicações financeiras	4	29.816.160	I - Custo Amortizado
Outros ativos	-	64.064	I - Custo Amortizado
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>31.428.215</b>	

### b) Gerenciamento de risco

A Associação possui operações, envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais.

A administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Associação não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

#### (i) Risco de taxas de juros

Os resultados da Associação estão suscetíveis às variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras.

#### (ii) Risco de crédito

##### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa	3	1.310.079	1.356.240
Aplicações financeiras	4	29.816.160	21.615.579
Outros ativos	-	64.064	19.816
		<b>31.190.303</b>	<b>22.991.635</b>

#### (iii) Risco Financeiro

A política de gestão de risco determina que a Associação avalie regularmente o risco financeiro associado ao fundo patrimonial e seu fluxo de caixa. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de preservar os investimentos mantidos ao longo do tempo e, proporcionando, ao mesmo tempo, rendimentos suficientes para honrar os compromissos da Associação. Dado que o fundo patrimonial tem meta de retorno de longo prazo de inflação (IPCA)+5% ao ano, e que, por definição, ele deve manter o poder de compra de seu principal ao longo do tempo, o mesmo é capaz de suportar resgates médios da ordem de 5% de seu patrimônio líquido todos os anos. Ao mesmo tempo, para atingir tal objetivo de retorno, o fundo deve se expor a riscos buscando remuneração excedente. Tais riscos (neste caso, principalmente o de mercado) podem levar a variações patrimoniais negativas no curto prazo, mas espera-se que os mesmos remunerem o investidor no longo prazo.

Sendo o fundo patrimonial constituído para a eternidade, ele é capaz de suportar variações de curto prazo em busca de prêmios maiores de longo prazo – dado o seu horizonte de investimento de longuíssimo prazo. Todavia, ele deve ser também capaz de honrar as necessidades de resgate da Associação para a manutenção de suas atividades. Como tais resgates são da ordem de 5,0% ao ano, a Associação mantém sempre *peelo menos* 5,0% de seus ativos investidos em instrumentos de baixo risco e alta liquidez (notadamente Fundos Referenciados ao DI) – somando-se as posições em caixa e equivalente a caixa, e as posições em Fundos Referenciados DI dentro do fundo exclusivo ALMA MATER FIM - CP.

As aplicações financeiras da Associação são orientadas por um Comitê de Investimentos formado por três membros de reputação ilibada e notório saber acerca do mercado de investimentos e seus instrumentos. Este comitê é responsável por definir como serão feitos os investimentos do fundo patrimonial, levando em consideração os retornos esperados e riscos envolvidos, por acompanhar periodicamente seu desempenho e dar ciência ao Conselho Deliberativo sobre os investimentos realizados. As decisões de investimento tomadas são amparadas pela análise contínua de mercado, e observância de uma alocação estratégica capaz de maximizar a probabilidade de se atingir o objetivo de investimento da carteira, mitigando os riscos envolvidos para tal. São consideradas nessas decisões a volatilidade esperada da carteira, sua perda máxima acumulada e as perdas esperadas em 12 meses.

**(iv) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A seguir estão demonstradas o *aging* de passivos financeiros:

**31 de dezembro de 2019**

**Passivos financeiros não**

<b>derivativos</b>	<b>Notas</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>1 ano</b>
Projetos apoiados	5	237.912	237.912
		<b>237.912</b>	<b>237.912</b>

**(v) Derivativos e alavancagem**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Associação não possuía instrumentos financeiros derivativos ou diretamente alavancados.

### 13. Eventos subsequentes

A Associação mantém seus investimentos de longo prazo alocados através do fundo de investimento exclusivo **“CSHG ALMA MATER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – CRÉDITO PRIVADO”** e utiliza os rendimentos para fomentar suas operações.

Em 31.12.2019 a Associação mantinha aplicado o montante de R\$ **29.816.160** e, com os impactos no cenário atual influenciados pela Covid-19, este veículo de investimentos apresentou variação patrimonial negativa importante no 1º trimestre de 2020. As aplicações na data de divulgação apresentavam perda da ordem de -15,9%, provocadas principalmente pelas correções nos fundos de investimento em ações e em NTN-Bs. Uma correção dessa magnitude, ainda que atípica, faz parte da realidade dos investimentos de longo prazo que buscam rendimentos acima dos juros básicos e da inflação. Ainda que não se saiba quando os mercados se recuperarão dessa perda, fundos patrimoniais tem o privilégio de poderem manter o curso de sua carteira de investimento esperando que os prêmios de risco madurem no longo prazo. Na ponta da mitigação do risco envolvido com essa correção, a Associação tem em caixa ou equivalentes no momento soma suficiente para honrar seu orçamento anual, não havendo necessidade de se desfazer de ativos com perda financeira temporária para manter sua operação.